

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

28/06/2019
QUINTA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699



Assembleia deve aprovar entrada do Estado no RRF

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

O pedido de autorização para entrada do Estado de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) deve ser aprovado em primeira votação hoje pela Assembleia Legislativa. Isso deve ocorrer devido a um consenso feito ontem, durante reunião a portas fechadas entre deputados, secretários de governo e chefes dos Poderes e do Ministério Público e Tribunais de Contas.

O projeto entrou na pauta em sessão extraordinária da Comissão Mista ontem, mas, apesar do consenso, deputados de oposição pediram vistas da matéria, que volta a ser analisada hoje e depois segue para plenário. O pedido precisará passar ainda por nova votação, que deve ocorrer na terça-feira (2), em sessão de autoconvocação. Se necessário, haverá sessão também na quarta-feira (3).

A reunião ocorreu na sala das comissões na Assembleia cerca de 10 horas – seguranças retiraram funcionários e imprensa até o corredor que dá acesso à sala – e foi comandada pela secretária de Economia, Cristiane Schmidt, que foi à Casa para explicar ponto a ponto do RRF. A secretária saiu sem conceder entrevista.

O presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), classificou a reunião como um “momento histórico”. “Reunimos todos os presidentes de Poderes e Instituições para debater matérias importantes para a população de Goiás e conseguimos sair daqui com um consenso.”

À imprensa, o secretário de



Secretária de Economia, Cristiane Schmidt, comandou reunião a portas fechadas ontem em Comissão na Casa

“
É um momento
que exige o esforço
de todos nós no
enfrentamento do
problema e essa é a
alternativa com
que conta o
Estado de Goiás”

Ernesto Roller,
secretário de Governo

Governo, Ernesto Roller, disse que o diálogo tanto com deputados quanto com os Poderes era necessário, dada a urgência da matéria. “É um momento que exige o esforço de todos nós no enfrentamento do problema e essa é a alternativa com que conta o Estado de Goiás.”

Segundo ele, o consenso foi firmado com pedido dos deputados para mudança da redação de parte do texto, visando deixar claro que as medidas do Plano de Recuperação, que deve ser apresentado pelo Estado para entrada no RRF, precisam obrigatoriamente passar pela Casa. Nos bastidores, parlamen-

tares já comentavam que iriam pedir a modificação. A mudança foi feita em voto em separado de Álvaro Guimarães (DEM).

O texto original enviado pelo governo à Casa, porém, já afirmava que “o Plano de Recuperação será formado por lei ou por conjunto de leis do Estado, por diagnóstico em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro e pelo detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção.”

A discussão das medidas, porém, deve ser feita apenas no segundo semestre. Como já mostrou o POPULAR, são cinco:

proibição de realizar saques em contas de depósitos judiciais, a exceção dos permitidos pela Lei Complementar 151/2015; redução de, no mínimo, 10% dos incentivos ou benefícios fiscais; autorização para privatizar empresas dos setores financeiro, de saneamento e outros; adoção do Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado; e autorização para realizar leilões de pagamento.

Outras duas medidas exigidas já foram, de alguma forma, atendidas pelo Estado: revisão do regime jurídico único dos servidores estaduais ou aprovação de teto de gastos; e instituição de regime de previdência complementar.

OPOSIÇÃO

Sobre o pedido de vistas, apesar do consenso, o líder do PSDB na Casa, Talles Barreto, afirmou que é “o papel da oposição.” “Tudo desse governo vem (à Assembleia) a toque de caixa e é um direito legítimo da oposição debater o projeto. O governo não quer o RRF porque sabe que não vai conseguir fazer. Ele quer é o prazo de seis meses para suspensão do pagamento das dívidas.”

O tucano se refere à liminar concedida ao Estado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e que permitiu a Goiás tanto a solicitação de entrada no RRF como a suspensão dos pagamentos de dívidas com bancos federais por seis meses. Com a medida, o Estado deixa de pagar entre R\$150 milhões e R\$ 200 milhões por mês em dívidas, o que pode gerar economia de aproximadamente R\$1 bilhão.

Redução de repasses à Educação pode ficar para depois

O governo irá “segurar” a emenda que tramita na Assembleia Legislativa e que reduz as vinculações à Educação de 27% para 25% até que o pedido de autorização para entrada do Estado no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) seja aprovado.

O texto, inserido em Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do líder do governo, Bruno Peixoto (MDB), inclui os 2% destinados à Universidade Estadual de Goiás (UEG) na vinculação geral de 25% da Educação.

Com o envio do pedido de autorização para entrada no RRF, porém, o entendimento é de que a matéria precisa ter prioridade. Além disso, a proposta de

redução dos repasses deve causar polêmica e gerar discussões para as quais, avallam deputados, não há tempo. A Assembleia deve entrar de recesso na semana que vem, logo após a aprovação do pedido de autorização enviado pelo governo.

Como mostrou o POPULAR, a proposta de Inclusão da UEG nos 25% de vinculação foi tema de apresentação exclusiva feita pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) a deputados da base do governo durante café da manhã nesta semana. O democrata pediu esforço dos deputados para aprovação da matéria.

Porém, apesar do pedido do governador, a proposta ainda

enfrenta resistência de muitos parlamentares. Um dos argumentos usados pelo governo para envio do projeto é uma notificação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que fala sobre a necessidade de pagamento, neste ano, de R\$ 901 milhões relativos a vinculações de educação, pesquisa e cultura não cumpridas no ano passado.

Pelo documento apresentado, o governo precisa arcar com R\$ 789 milhões para a educação, R\$ 77,4 milhões para a Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (Fapeg) e R\$ 34 milhões para o Fundo de Cultura não repassados pela gestão anterior.

À coluna Giro de ontem, a se-

cretária de Educação, Fátima Gavioli, defendeu a medida, afirmando que não há alternativa a não ser levar a UEG para dentro da vinculação geral. “Na verdade, nós temos outra mas ela é totalmente inviável, que é não ter a UEG. E isso está fora de questão por parte do Estado.”

O outro argumento é o de que os governos anteriores não repassaram os 25% obrigatórios para educação. Pelos dados apresentados pelo governo, o índice mínimo não é alcançado desde 2015, quando o gasto foi de 24,95%. Em 2018, de acordo com os dados apresentados aos deputados, foram aplicados apenas 20,23%.

LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser votada hoje em plenário. Sua aprovação é condição para que os deputados estaduais entrem em recesso parlamentar. O texto chegou a ser lido em plenário para primeira votação, mas recebeu emenda e agora precisa ser analisado em comissão, o que deve ocorrer hoje durante sessões extraordinárias convocadas.

O texto deve prever o pagamento obrigatório das emendas parlamentares de 0,7%, acordado com o governo durante as discussões sobre o orçamento impositivo no início do ano. O texto original previa 0,6%.



Postulante à Carteira Nacional de Habilitação faz baliza em pista de provas do órgão estadual em Goiânia

Detran-GO reassume exames

CNH Contrato com a UEG não será renovado e processo de transição, que deve durar até dezembro, é iniciado

Vandré Abreu
vandre.abreu@opopular.com.br

O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO) voltará a produzir e realizar os exames para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Inclusive para mudança de categorias, já a partir de julho. O contrato com a Universidade Estadual de Goiás (UEG), instituição responsável pelos testes no Estado desde 2006, finalizaria no dia 9 de agosto próximo, mas deve ser estendido até dezembro. Entre a próxima segunda-feira e o fim deste ano haverá um período de transição, em que as bancas examinadoras serão retomadas aos poucos pelo Detran, enquanto o órgão passa a receber também a tecnologia utilizada nas provas.

O presidente do órgão de trânsito, Marcos Roberto Silva, afirmou que ainda não tem condições de assumir totalmente as bancas de CNH em julho em razão das tecnologias e regras que já estão incorporadas pelos profissionais da UEG. "Tínhamos a opção de comprar essa tecnologia ou licitar para que alguém fizesse isso por nós, mas sairia muito caro. É mais fácil fazer es-

se período de transição com a UEG", afirma. Atualmente, a universidade recebe cerca de R\$ 16 milhões por ano para cuidar de todos os exames para CNH no Estado. A estimativa de Silva é de que, a partir de 2020, os custos para o Detran caiam para a metade do que é gasto atualmente.

Em nota, a UEG informa que "a partir de 10 de agosto, o Detran-GO poderá reassumir as atividades de banca". A instituição revela também que tem discutido com o órgão estadual "a melhor forma para essa transição, tendo como possibilidade a

extensão do contrato até dezembro de 2019, com a entrega gradativa das cidades atendidas pela UEG". E complementa também que "está à disposição para colaborar com o Detran-GO naquilo que for melhor para o processo de habilitação no Estado de Goiás".

Atualmente, a UEG conta com 212 professores/examinadores ativos para atender as demandas das bancas examinadoras em todo o Estado. Segundo a instituição, "os professores, após o fim do contrato, continuarão exercendo suas atividades acadêmicas nos Câmpus aos quais estão vinculados". O presidente do Detran-GO afirma que há cerca de 300 examinadores como servidores efetivos do órgão aptos a ir a campo e realizar o trabalho. No entanto, a previsão é que o órgão passe a atuar no ano que vem em um modelo misto, como existe em São Paulo.

De acordo com Silva, a possibilidade é que o Detran-GO passe a credenciar examinadores, que seriam pessoas com o curso a ser dado pelo próprio órgão e sem vínculo direto, recebendo apenas pelo serviço realizado. "Pensamos em colocar até mes-

“ Existe recomendação do TCE para não continuar o contrato, então já começamos a partir de julho, com uma parte pequena das bancas ”

Marcos Roberto Silva,
presidente do Detran-GO

Fim de uma era

UEG comanda as avaliações de CNH desde 2006, em parceria contestada por órgãos de controle

2006 Assinatura do convênio entre UEG e Detran-GO para assumir os exames de obtenção da CNH

- À época, justificativa foi de reduzir as fraudes em que os profissionais da faculdade teriam maior dificuldade de serem alvos de suborno
- A base do acordo foi com o que ocorria no Rio Grande do Sul, também de parceria com a universidade estadual do local
- Contrato abrange a realização das provas teóricas e dos exames de direção, no valor de R\$ 11,7 milhões anuais

2008 Inicia-se a divulgação de uma ação popular contra o contrato da parceria

- A justificativa era por diversas irregularidades, como a falta de licitação para o contrato entre as partes
- Ocorreram denúncias também de contratação irregular de examinadores pela UEG, já que o contrato previa que os mesmos fossem professores, o que não ocorria
- Na época, o contrato já estava aditivado para R\$ 12,1 milhões

2011 Detran fica cerca de dois meses sem aplicação dos exames por fim de contrato com UEG

- Acordo havia se encerrado em dezembro de 2010 e a renovação não havia sido prevista com a troca de administração estadual
- Novo acordo foi firmado em fevereiro e as avaliações voltaram de forma gradual, inicialmente por seis cidades

2015 MP pede à Justiça a suspensão do contrato entre Detran e UEG

- Promotora Leila Maria de Oliveira argumentou a existência de improbidade administrativa no órgão e na universidade
- Detran teria agido contra as normas federais, já que somente o órgão de trânsito poderia aplicar as provas
- Justificativa do órgão é que a UEG oferecia a logística para aplicação dos exames, mas não fazia a aplicação direta

2015 MP pede à Justiça a suspensão do contrato entre Detran e UEG

- Promotora Leila Maria de Oliveira argumentou a existência de improbidade administrativa no órgão e na universidade
- Detran teria agido contra as normas federais, já que somente o órgão de trânsito poderia aplicar as provas
- Justificativa do órgão é que a UEG oferecia a logística para aplicação dos exames, mas não fazia a aplicação direta

2017 TCE determina que Detran não continue com contrato firmado com a UEG

- Tribunal condenou a contratação da universidade sem a realização do processo de licitação
- No entanto, os responsáveis pela assinatura do acordo não poderiam ser punidos dada a prescrição dos acontecimentos

2019 Detran anuncia que não renovará acordo com UEG

- Órgão admite que processo não foi feito dentro da legalidade e foge da função primordial da universidade
- Haverá transição entre as partes entre julho e dezembro deste ano, quando o Detran volta a assumir todo o processo

mo policiais militares, que fariam os exames em horário alternativo, quando não estarão atuando pela PM. Assim eu duvido que alguém val ter coragem de deturpar subornar um examinador, sabendo que é um policial, diz. Para ele, com a tecnologia atual de controle, a segurança contra as fraudes nas provas será a mesma que existe no contrato com a UEG. Em 2006, quando o acordo foi assinado, a justificativa foi de diminuir a compra da aprovação na prova.

Silva diz também que a UEG continuará como parceira do

Detran-GO nos projetos de educação para o trânsito. "Nós iniciamos a Escola Pública de Trânsito, que vai ter sede lá no Autódromo de Goiânia, com a estimativa de até 17 mil alunos. A UEG vai participar disso, vai educar, certificar os alunos, dentro da sala de aula, que é onde ela vai permanecer", diz. A expectativa é que essa parceria possa manter a receita que a universidade tem hoje com o contrato dos exames de CNH, de modo que a instituição também não seja prejudicada com a mudança a partir de 2020.



Xadrez

Rubens Salomão | xadrez@ohoje.com.br

Deputados mantêm preocupação com termos do RRF

A reunião fechada entre os 41 deputados com a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, realizada até a última noite na Assembleia Legislativa, serviu para detalhar o projeto de adesão ao Regime de Recuperação e Fiscal (RRF) e mostrar que a matéria enviada prevê apenas a autorização para que o governo negocie por seis meses, enquanto suspende dívidas com bancos, os termos do programa. Deputados da base e da oposição saíram convencidos de que o texto deverá mesmo ser aprovado até a próxima semana, enquanto a LDO fica em espera, sem necessidade de convocação extraordinária. No entanto, parlamentares prometem atenção e independência para avaliar as futuras condições do RRF. “Privatização de empresas públicas, direitos de servidores e limitações financeiras serão debatidas uma a uma”, garante o ex-aliado Henrique Arantes (PTB), que aderiu à oposição.



Amplo debate

Além da escolha do articulador de Caiado, Ernesto Roller, a secretária Schmidt contou com a procuradora-geral, Juliana Prudente, e Anderson Máximo (Casa Civil). A reunião ainda foi acompanhada por TCE, TCM e MPGO.

Lissauer: “RRF é remédio amargo”

Presidente da Assembleia Legislativa pautou votação para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal antes do recesso

A Comissão Mista da Assembleia Legislativa iniciou ontem à noite a apreciação do projeto de lei que autoriza o governo do Estado a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), por meio do Plano de Recuperação do Estado de Goiás. No entanto, houve pedido de vista coletivo, adiando a sua apreciação em plenário para esta sexta-feira.

O acordo para a votação da matéria antes do recesso de julho saiu após duas horas de reunião a portas fechadas, no auditório Solon Amaral, no final da tarde. Desde que o governo conseguiu a liminar, deputados da oposição, e mesmo alguns alinhados ao Palácio das Esmeraldas, esboçaram resistência, argumentado que não votariam a matéria de afogadilho.

Diante da possibilidade de adiamento, o governo decidiu agir. Enviou à Assembleia, ontem, os secretários Ernesto Roller, de Governo, e Cristiane Schmidt, de Economia, e ainda a procuradora-geral do Estado, Juliana Pereira Diniz Prudente, para tentar convencer os deputados da necessidade de aprovação da matéria, diante do quadro grave de desequilíbrio fiscal.

O presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), explicou que a reunião serviu para dirimir dúvidas não só dos deputados, sobre a proposta do governo, mas também dos demais poderes, já que todos eles, de alguma forma, terão que fazer ajustes. “Ficamos felizes em poder contribuir com o Estado de Goiás e poder abrir um diálogo num momento histórico. Nós temos de ver também o lado positivo das coisas. Nós estamos num momento his-

tórico aqui no Parlamento, ao conseguirmos unir os demais poderes para discutirmos matérias importantes para a população”.

De acordo com Lissauer, com a reunião, foi possível avançar no que tange ao projeto do governo, tanto de deputados da base aliada quanto de oposição. O presidente reconheceu que, às vezes, o remédio é muito amargo, se referindo aos desdobramentos que a entrada do Estado no RRF vai causar em Goiás.

No entanto, Lissauer observou que autorizar o Estado a aderir ao plano não significa que, de fato, que o ingresso será de imediato. “Tem muitos passos a serem percorridos para poder entrar no regime”, afirmou.

Por sua vez, Ernesto Roller disse reconhecer que a adesão ao RRF não seria a melhor solução, mas sustentou que a medida se faz necessária. “O ideal era que o Estado não precisasse chegar nisso, mas

com o plano vai avançar, o Estado vai enxergar um horizonte melhor de realizações e de entrega de serviços públicos”, defendeu.

O secretário evitou revelar quais medidas o governo terá que adotar para se adequar às exigências do governo federal para a adesão ao programa. “Nesse primeiro momento nós estamos buscando a autorização da Assembleia para a adesão ao programa, seguindo aquilo que determinou a liminar do ministro Gilmar Mendes. No que diz respeito a especificamente, quais os atos, ainda virão outros atos para a Casa”, pontuou.

De acordo com Ernesto Roller, tão logo o projeto seja aprovado e a lei sancionada pelo governador, a medida será levada ao governo federal para a tomada dos primeiros passos da adesão ao RRF. Ele voltou a defender a medida, que segundo ele, vai gerar um fôlego para a caixa do governo. “É um momento

que exige o esforço e o concurso de todos nós no enfrentamento desse problema e essa é alternativa com que conta o Estado de Goiás. O programa vai gerar uma economia, com a suspensão do pagamento de dívidas com bancos oficiais, de quase R\$ 110 milhões”, explicou

Pagar a conta

O líder do bloco de oposição, deputado estadual Talles Barreto (PSDB), lamentou a falta de tempo para discutir de forma mais aprofundada o teor da matéria e criticou a decisão do governo do Estado de ingressar no RRF. “Nós vamos pagar essa conta depois. Esses seis meses de não recolhimento dos encargos de empréstimos, esse dinheiro não vai ficar isento do Estado pagar não. É o maior projeto dos últimos anos discutido aqui na Casa e que mexe com a vida de todo mundo, e não pode ser votado a toque de caixa”, disse.

Governo diz que plano é medidas emergenciais

O Plano de Recuperação, de acordo com o projeto de lei, envolve ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, suas administrações direta e indireta, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios, para corrigir os desvios que afetarem o equilíbrio das contas públicas. Isso se dará por meio da implementação das medidas emergenciais e das reformas institucionais determinadas no aludido Plano de Recuperação, que será elaborado previamente pelo Poder Executivo do Estado do Goiás, e observará os princípios da sustentabilidade econômico-financeira, da equidade intergeracional, da transparência das contas públicas, da confiança nas demonstrações financeiras, da celeridade das decisões e da solidariedade entre os Poderes e os órgãos da administração pública.

Pelo parágrafo único do projeto, o Plano poderá ser formado por lei ou por conjunto de leis do Estado, por diagnóstico em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro e pelo detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção. Caberá à Secretaria da Economia o monitoramento da execução e evolução da situação financeira do Estado.



Presidente explicou que a reunião serviu para dirimir dúvidas dos deputados e demais poderes

Ruber Couto

Caiado prepara medidas e ações para aderir ao RRF

Governador anuncia os próximos passos para entrar no regime de recuperação fiscal da União e também enfatiza medidas já adotadas desde o início do seu mandato, que visam economizar R\$ 422 milhões ao fim dos seus 4 anos de gestão

Helton Lenine

O Governo de Goiás vive a expectativa de conseguir entrar no Regime de Recuperação Fiscal da União e o governador Ronaldo Caiado disse que todas as providências já estão sendo tomadas para que isso ocorra o quanto antes.

Durante uma entrevista coletiva, o democrata falou sobre os próximos passos e também das medidas já adotadas desde o início do seu mandato, como a extinção de cargos comissionados, que visam melhorar as contas públicas e economizar R\$ 422 milhões ao fim dos seus quatro anos de gestão.

Na semana passada, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar que autoriza o estado a entrar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) da União. Na última terça-feira, técnicos da secretaria estadual de Economia estiveram no Tesouro Nacional, em Brasília, para tratar sobre o assunto.

“O que é que depende? Depende da autorização da Assembleia Legislativa. Além da Assembleia Legisla-

va, depende dos documentos que devei também entregá-los ao tesouro e ao Ministério da economia. Com isso, atendendo a essas exigências, eu assinarei aí sim aderindo ao plano. Momento que eu aderir ao plano aí o Tesouro assumirá a responsabilidade de avaliar todos os nossos empréstimos”, afirmou Caiado.

Os estados que aderem ao regime ganham redução temporária no pagamento das dívidas com a União em troca de medidas de ajustes fiscais, como privatizações, proibição de contratação e de reajustes salariais.

REFORMA

O governador disse que precisa do RRF para equilibrar as contas, mas ressaltou que só ele não basta e, por isso, sancionou a segunda etapa da reforma administrativa com o apoio da Alego.

O decreto 9.455/2019 da segunda reforma, publicado no Diário Oficial,

segundo o Governo, prevê a redução de 20% da máquina pública e uma economia de R\$ 422 milhões ao longo dos quatro anos de mandato. “Esse programa propiciará uma maior interação entre as secretarias, a não sobreposição de funções

e, ao mesmo tempo, transformará 54 categorias de servidores estaduais em 11 categorias, do ponto de vista salarial”, afirmou o governador.



“O ganho financeiro vai chegar a R\$ 422 milhões no final do quarto ano. Mas, além do impacto financeiro, a reforma administrativa trará um ganho de gestão”, completou.

EQUILÍBRIO FISCAL

O secretário de Administração, Pedro Sales ressaltou que, apesar de não ser uma espécie de ajuste fiscal, a reforma pode contribuir para a consolidação do equilíbrio fiscal de Goiás.

“Mês a mês, nós vamos acompanhar o desempenho fiscal da reforma. Ela tem seus parâmetros, cronogramas e tem também o objetivo essencial de racionalização da gestão.

O desempenho das secretarias, eventuais conflitos de atribuição, tudo está sendo monitorado para eventual e constante aperfeiçoamento”, informou.

DIMINUIÇÃO DE CARGOS

Ainda segundo o Governo de Goiás, antes da segunda etapa da reforma administrativa existiam 54 tipos de cargos de assessor-

amento no Governo de Goiás. Esse número agora passará para 11 categorias, com a padronização na simologia das remunerações. Além disso, havia um grande número de leis e normas referentes aos cargos. Agora, haverá apenas uma única lei para organização dos cargos e valores.

Com a reforma, o Estado aponta que houve a redução de 1.672 cargos comissionados e de 2.308 funções comissionadas, totalizando uma diminuição de 3.980.

O Governo de Goiás informou também que “não houve uma única demissão em virtude da reforma administrativa.

Desde o primeiro dia de gestão, o governo não preencheu esses cargos. A extinção dos cargos tem o propósito de legar a Goiás um Estado mais enxuto e menos oneroso para o cidadão”, diz a nota.

A previsão é de que sejam economizados ainda em 2019 cerca de R\$ 61 milhões. Para 2020, a economia chegará a mais de R\$ 120 milhões, o que somará aproximadamente R\$ 422 milhões ao final de quatro anos do governo Caiado.

me jurídico único dos servidores estaduais ou aprovação de teto de gastos; e instituição de regime de previdência complementar.

A dificuldade é que todas as medidas precisam de aprovação da Assembleia Legislativa, que deve entrar de recesso parlamentar nos próximos dias, portanto, sua análise pela Casa deve ficar para o segundo semestre.

A autorização, porém, pode ser votada ainda nesta semana, mas o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), não descarta autoconvocação para análise tanto deste projeto quanto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o projeto que reduz a vinculação da Educação estadual (leia texto abaixo).

Estado espera conseguir R\$ 3 bi em empréstimos

O Estado espera conseguir ao menos R\$ 3 bilhões em empréstimos, depois de assinada sua entrada no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A informação foi dada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) logo após anúncio de que o pedido de autorização para adesão de Goiás ao RRF deve ser analisado pela Assembleia Legislativa antes do recesso parlamentar.

Caiado disse que parte dos empréstimos, feitos em bancos oficiais, irá para investimentos, mas que outra parte, feita em bancos não oficiais, poderá ir para custeio. O Estado não pode usar empréstimos em bancos oficiais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para custeio.

Caiado não detalhou o pedido dos empréstimos, mas diz ser uma necessidade. “Assinado o RRF, saio

da condição de impedimento do Tesouro Nacional e venho para uma condição em que a União avaliar os empréstimos que solicitarei, sejam para custeio da máquina, sejam para investimentos. A partir daí, terei condições de governar o Estado.”

O governador espera que a entrada no RRF esteja concluída até o início do segundo semestre. Porém, para que a adesão seja concluída, o

Estado precisa apresentar um plano de recuperação fiscal contendo as medidas de ajuste.

São cinco medidas que ainda precisam ser atendidas: proibição de realizar saques em contas de depósitos judiciais, à exceção dos permitidos pela Lei Complementar 151/2015; Redução de, no mínimo, 10% dos incentivos ou benefícios fiscais; autorização para privatizar empresas dos setores financeiro, de saneamento e outros; adoção pelo Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado; e autorização para realizar leilões de pagamento.

Outras duas medidas exigidas já foram, de alguma forma, atendidas pelo Estado: revisão do regi-

Schmidt e Roller pedem apoio para aprovação urgente do RRF

Todos os parlamentares estaduais que marcaram presença na sessão plenária de ontem participaram de reunião com a secretária de Economia, Cristiane Schmidt e com o secretário de Governo, Ernesto Roller, e outras autoridades, para tratar do projeto de Regime de Recuperação Fiscal do Governo Federal. O projeto do Governo do Estado que trata do RRF foi protocolado ontem na Alego.

Parlamentares da oposição já se manifestaram contrários à medida,

mas nomes como do Major Araújo (PRP), da base, também. Para ele, esta medida é a última a ser tomada e não acredita que seja a hora.

O presidente da Comissão de Finanças, Karlos Cabral (PDT), havia pedido a Henrique Arantes (PTB) que fosse o relator, mas ele recusou. Ele afirmou que só poderia entregar a relatoria após o recesso, o que não era a demanda de Cabral.

Caso os parlamentares sejam convencidos pela explica-

ção de Schmidt e demais membros do Governo, a matéria deverá ser aprovada na CCE e na Mista e, posteriormente, em plenário.

O líder do Governo Bruno Peixoto atua para que haja urgência na apreciação do projeto de Regime de Recuperação Fiscal, diante da necessidade do Estado de promover os ajustes em sua economia.

O deputado Paulo Trabalho (PSL) subiu à tribuna para pedir apoio dos colegas na aprovação do pro-



Cristiane Schmidt e Karlos Cabral: diálogo na Alego

jeto que permite a entrada de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) da União. Para o parlamentar, esse é o momento em que o Legislativo poderá contribuir, de fato, para tirar o estado da crise financeira. “Agora nós temos que tomar o povo como partido e deixar as picuinhas políticas de lado. Se Goiás não entrar no RRF vai mergulhar numa crise ainda maior do que a

que estamos vivendo”, ponderou.

O deputado Talles Barreto (PSDB) posicionou-se contra o Regime de Recuperação Fiscal e rebateu Paulo Trabalho. “O senhor, Paulo Trabalho, sabe realmente do que se trata o regime de recuperação fiscal? Sabe o que vai acontecer em Goiás, se amanhã aprovamos isso? É uma assinatura de demissão do seu mandato”, falou Talles para Paulo.



Lissauer propõe debate sobre adesão do Estado ao RRF

Presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB) avalia, em encontro com o governador Ronaldo Caiado (DEM), medidas para Goiás ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), diante da complexa situação financeira vivida pelo Estado

Helton Lenine

O presidente da Assembleia Legislativa Lissauer Vieira (PSB) participou, na última quarta-feira no Palácio da Esmeraldas, de uma ampla reunião com deputados da base aliada e o governador Ronaldo Caiado (DEM).

Durante um café da manhã o chefe do Poder Executivo tratou de diversos assuntos com os parlamentares, entre eles, o ingresso de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A entrada de Estado no RRF foi concedida através de liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes na semana passada.

A expectativa do governo de Goiás é que a autorização a ser enviada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão do ministério da Economia, seja aprovada até esta sexta-feira, 28, pela Assembleia Legislativa. No entanto, o presidente da Casa disse em entrevista coletiva que a apreciação da matéria, antes do recesso parlamentar de meio de ano, vai depender da complexidade da matéria. "Se for um texto de uma matéria complexa, muito grande, nós não vamos ter condições agora, no apagar das luzes do semestre, de poder aprovar. Nós vamos mostrar que voltar à discussão dessa



Lissauer Vieira: debate sobre finanças do Estado

matéria. Agora se for alguma aprovação mais simples, a gente pode colocar em deliberação e tentar aprovar o mais breve possível", argumentou.

Lissauer tem ressalvas também sobre a adoção da medida por parte do governo do Estado. "Sou muito preocupado com esse Regime de Recuperação Fiscal. Na minha opinião não é a melhor saída para o governo. Na minha concepção nós teríamos outras saídas, outras discussões para nós podermos fazer uma recuperação do Estado menos traumática. O Regime de Re-

cuperação Fiscal será muito traumático para a população, para o setor produtivo, para os empresários e para os servidores públicos também", ponderou.

Lissauer Vieira ainda acrescentou que uma das mudanças que o RRF impõe é a criação de uma conta financeira única para todos os poderes, o que ele se posiciona contra. "A conta única é inviável, porque tira a autonomia dos poderes. Na minha opinião está totalmente descartada essa possibilidade".

De acordo com Lissauer Vieira o

governador Ronaldo Caiado pediu aos deputados da base para aprovar a inclusão de 2% do orçamento, destinados à Universidade Estadual de Goiás (UEG), na totalidade do mínimo constitucional de 25% das verbas da Educação. A alteração, por meio de emenda aditiva, foi pensada à Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de autoria do Líder do Governo deputado estadual Bruno Peixoto (MDB), que permite a divulgação pelos deputados, de suas atividades parlamentares. A PEC está na Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Redação (CCJ).

O presidente da Alego acredita que o Governador tenha conseguido sensibilizar a base a votar a favor da mudança. "O governo está passando por uma situação financeira muito difícil, precisa ter algumas ações duras, amargas. Ele (Caiado) explicou isso para os colegas parlamentares que agora vão decidir se aprovam a PEC".

DUODÉCIMO

A questão do duodécimo também fez parte das discussões durante a reunião e o assunto foi alvo de outra reunião do presidente da Alego com a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, no final da tarde de quarta-feira. Lissauer defendeu, mais uma vez, que apesar da dificuldade financeira do Estado, o repasse do duodécimo permanece como uma prioridade do presidente da Casa.

"Só queremos o que é de direito nosso e numa discussão bem tranquila, bastante transparente. Mostrando para o governo que nós queremos, inclusive, devolver dinheiro para o Estado e economizar 40, 50 milhões de reais no ano que vem, baixando o nosso índice de participação do custeio da máquina administrativa, no caso do Poder Legislativo", defendeu.



Fio Direto

SUELY ARANTES

arantes.sueli@gmail.com

Distribuidoras de medicamentos terão que devolver dinheiro ao Estado

As empresas Hospfar, Medcommerce, Milênio e União Química deverão devolver ao Estado de Goiás quase R\$ 2 milhões acrescidos de juros e correção monetária. As decisões nesses sentidos foram adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado na sessão plenária de quarta-feira, 26, em processos relatados pelo conselheiro Saulo Mesquita. Os acordãos determinam que seja feita a atualização desde a época em que os recursos foram recebidos pelas quatro empresas, que são do ramo de distribuição de medicamentos e forneceram produtos à Secretaria de Estado da Saúde. As condenações decorrem de tomadas de contas especiais instauradas pela Secretaria da Saúde em 2008 e 2009, por determinação do TCE, em face da verificação de dano ao erário na compra de medicamentos, com a cobrança de ICMS que em tais casos não incide por conta de convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Como a compra decorreu de pregões realizados a partir 2005, a correção dos valores deverá implicar em substancial aumento do valor original. Essas decisões são semelhantes às de casos da mesma natureza envolvendo as mesmas empresas. O conselheiro relator votou pela irregularidade das tomadas de contas especiais e a condenação dos responsáveis ao ressarcimento. Os pagamentos devem ser acrescidos de juros de mora e atualização monetária a partir da data do recebimento dos recursos. Foi fixado o prazo de 15 dias para comprovar perante o TCE o recolhimento dos valores correspondentes. Esgotado esse período e não comprovado o recolhimento da condenação, será expedida certidão a respeito do título executivo, encaminhando-se o documento à Secretaria de Estado da Economia, para proceder à inclusão dos respectivos débitos na dívida ativa, encaminhando-se à execução judicial.

